



# Quantos 'cenos' forem necessários: múltiplas faces conceituais ante ao Antropoceno

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: carlosroberto2094@gmail.com

**RESUMO.** As discussões acerca do Antropoceno têm ultrapassado as fronteiras das geociências e se transmutaram em temáticas fundamentais ao campo das humanidades ambientais. Em razão disso, o presente estudo almeja avaliar as contradições do conceito de Antropoceno e explicitar outras possíveis nomenclaturas. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa das produções teóricas e metodológicas que almejam discutir ou propor alternativas ao léxico predominante. Ante à universalidade antropocêntrica do termo dominante, demonstra-se como outras conceituações propõem situar formas de mobilização que enfrentam a crise ambiental global. Essas ideias convergem na necessidade de ultrapassar a utilização exclusiva do Antropoceno para se referir a presente época de desarranjos eco/geossistêmicos ocasionados pelas atividades produtivas geofágicas. Nesse sentido, discute-se as contribuições de variados outros exemplos de 'cenos', indicando quais são as críticas específicas de suas teorizações em acordo a uma classificação em meta-propostas, propostas diagnósticas, propostas espacializadas e propostas propositivas. Considera-se que os variados 'cenos' apresentam contra-narrativas ou narrativas complementares que convergem em formas de entender e situar soluções possíveis para a pluralização de mundos, lugares, territórios e ativismos que enfrentem a crise ambiental. Cada qual a seu modo, eles conformam maneiras de cultivar imaginários irreverentes que desafiam a cisão cultura-natureza difundida pela modernidade ocidental. Desse modo, a articulação entre os múltiplos 'cenos' é um caminho para criar novos horizontes coabitacionais de (sobre)vivência terrestre.

**Palavras-chave:** Antropoceno; crise ambiental; humanidades ambientais.

## As many 'cenes' as necessary: multiple conceptual visions over the Anthropocene

**ABSTRACT.** Discussions on the Anthropocene have surpassed the limits of geosciences and are incorporated into fundamental themes in the field of environmental humanities. Thus, the present essay aims to evaluate the contradictions of the Anthropocene concept and situate other possible nomenclatures. It employs a narrative revision of theoretical and methodological bibliography concerned with the discussion or alternative proposals of the prevailing lexicon. Face the anthropocentrically universality of the dominant term, it demonstrates that other concepts propose to situate ways of mobilizing against the global environmental crisis. These ideas converge in the necessity of surpassing the exclusive usage of the Anthropocene to refer to the current epoch of eco/geosystem derangements caused by geophagic activities of production. Therefore, it discusses the contributions of many others examples of 'cenes', indicating what are the specific critics of each theorization in accordance to a classification in meta-propositions, diagnostic proposals, spatial proposals and postulative proposals. It concludes that the multiple 'cenes' present complementary or counternarratives that converge in ways of understanding and situating possible solutions to the pluralization of worlds, places, territories and activisms that rebel against the environmental crisis. Each in its own way, they conform means of cultivating irreverent imaginaries that challenge the modern occidental separation of culture and nature. Consequently, the articulation between multiple 'cenes' is a pathway towards new cohabitational horizons of earthly survival and livability.

**Keywords:** Anthropocene; environmental crisis; environmental humanities.

Received on February 1, 2024.

Accepted on May 10, 2024.

## Introdução

As atividades produtivas que alimentam a fornalha capitalista pautadas na extração, destruição, exploração, escravização e transformações das matérias e formas de vida humanas e não humanas têm alvejado as condições de existência no planeta. A inexorável convergência das mudanças climáticas e da crise ambiental reverberam nas múltiplas dinâmicas espaciais e temporais da sociedade. Desse modo,

problemáticas referentes aos desequilíbrios eco/geossistêmicos crescentemente se tornam assuntos que extrapolam as ciências da natureza, fato evidente no campo interdisciplinar das humanidades ambientais.

Um dos conceitos centrais entorno do qual se estruturam essas reflexões é a proposição de nomenclatura da época geológica do Antropoceno, popularizada por Crutzen e Stoermer (2000). Embora ainda sem uma decisão final da Comissão Internacional de Estratigrafia (ICS), essa ideia foi prontamente e intensamente (re)apropriada pelos pesquisadores nas ciências humanas (Lorimer, 2016). Uma das razões para a incorporação ao vocabulário dessas áreas é a grandeza de escala temporal que abre múltiplos caminhos para a reflexão social e filosófica sobre os contextos, as contradições e os conflitos emergentes das tensões ambientais.

Apesar dessa potencialidade de tramas especulativas e discursivas abertas pelo conceito, há também um crescente número de críticas que situam as limitações referentes especialmente à universalidade genérica do ‘antropos’ aludido no termo. Entre as discussões emergentes desse processo de questionamento, há um conjunto de novas conceituações, diversas proposições de ‘cenos’, que objetivam situar de maneira mais incisiva as raízes, fenômenos, desdobramentos espaciais ou condições da crise ecológica, como é o caso de Capitaloceno, Plantationoceno, Ecoceno, dentre outros.

Nesse sentido, o objetivo desse ensaio é sistematizar a multiplicidade de conceitos alternativos ao Antropoceno. Com o fim de salientar as convergências e virtualidades analíticas, agrupou-se as várias proposições em acordo às quatro categorias definidas inicialmente por Chwałczyk (2020): Meta-propostas, diagnósticas, espacializadas e propositivas. Para avaliar os principais exemplos arrolados nessa categorização, recorre-se à revisão narrativa das produções teóricas e metodológicas nessa temática em diferentes campos das humanidades ambientais.

## Como se originou o conceito do antropoceno?

O termo antropoceno advém da junção de *ἄνθρωπος* (*anthropos*/humano) e *καινός* (*kainos*/recente), de forma a situar como as sociedades têm atuado diretamente na alteração da paisagem no período contemporâneo (Kussler, 2023). Como uma proposta de demarcação estratigráfica que se insere em sequência ao Holoceno, o Antropoceno emergiu para destacar os impactos decorrentes das atividades produtivas do ser humano (Crutzen & Stoermer, 2000). Ela salienta como a humanidade passa a operar metamorfoses planetárias em escala geológica.

A proposta demarcatória é oficialmente discutida pelos cientistas-membros do Grupo de Trabalhos sobre Antropoceno (AWG) filiado a ICS. Na última votação, em 2019, o AWG decidiu por 88% dos votos que o Antropoceno deveria ser formalmente considerado como uma unidade crono-estratigráfica, o mesmo percentual também votou para posicionar como marco inicial os testes de armas nucleares a partir de 1945 (Subcommission on Quaternary Stratigraphy, 2019). Nesse momento, cabe à ICS formalizar o reconhecimento da nova época entre a comunidade científica das geociências.

Independentemente das decisões do AWG, variados pesquisadores dos campos das humanidades, artes e linguagens têm se enveredado pelas incitações conceituais que advém do ideário do Antropoceno. De acordo com Lorimer (2016, p.5, grifo do autor, tradução nossa), o conceito “[...] parece ter capturado um *zeitgeist intelectual* ao prover uma nomenclatura plástica e atraente para uma curiosidade e angústia comum sobre o estado e futuro da Terra após o ‘fim da natureza’”.<sup>1</sup> Imersas nesse debate, o conceito converge investigações que aventuram-se por zonas de contato interdisciplinares que enfocam na irreversibilidade, no ineditismo, nas contradições e nas injustiças decorrentes dessa situação eco/geossistêmica.

A capacidade aglutinadora da proposta do Antropoceno decorre de como ela explicita os desequilíbrios sociometabólicos ocasionados pelas relações de produção modernas. Normand (2015) argumenta que ela também revela a extração do próprio ‘antropos’ do ambiente onde ele coabita, colocando o ser humano como algo apartado e distinto da natureza. Essa cisão garante a exploração da Terra ao generalizá-la e reifica-la na forma de ‘recursos naturais’.

Simultaneamente, o ‘antropos’ do Antropoceno é um estrato geológico. Isso implica que o tempo geológico é introjetado na corporeidade humana, ressaltando as temporalidades e forças inumanas de extinção que se multiplicam no término do Holoceno (Yusoff, 2013). O conceito abarca uma compreensão espaço-temporal que engloba como os humanos tornaram-se forças geomorfológicas e ecossistêmicas que entram em tensão com as condições da biosfera, da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera necessárias para a permanência da vida no planeta.

<sup>1</sup> “[...] seems to have captured an *intellectual zeitgeist*, providing a plastic and catchy label for a common curiosity and anxiety about the state and future of Earth after the ‘end of Nature’”.

O Antropoceno é um convite a imaginar uma Terra futura em que há traços estratigráficos dos seres humanos muito após a nossa própria extinção. Segundo Bubandt (2017), esse caráter de ficção científica expande os horizontes reflexivos para uma espécie de ‘paleontologia do presente’ em que a própria humanidade, conjuntamente ao restante da vida terrestre, é um sedimento geológico em expansão. Trata-se de uma espaço-temporalidade de arruinamento que reitera as consequências das atividades geofágicas nas raízes da crise ambiental.

Ainda que seja concebido como uma época geológica, o Antropoceno é também um vislumbre escatológico ao fim da epocalidade da espécie humana, posto que potencialmente somente será seguido pela próxima época posteriormente à nossa presença (Danowski & Castro, 2017). Assim como salienta as consequências da sexta extinção em massa que está em curso, esse ideário confronta as ideologias e concepções do progresso teleológico da humanidade fundadas pelo evolucionismo colonial, como ressalta Aráoz (2023).

Mais que restringir a discussão do Antropoceno ao consenso científico das geociências, é basilar que sua infiltração nas ciências humanas possibilite multiplicar horizontes reflexivos. A compreensão das condições, contradições e processos intrínsecos ao desequilíbrio ambiental perpassa por constituir campos analíticos pluralizados que possam explicitar as limitações desse conceito e de sua demarcação.

### Quais as críticas ao Antropoceno?

Ao centralizar o prefixo ‘antropos’, o conceito de Antropoceno referenda um ideário antropocêntrico que generaliza as sociedades e populações, de forma a secundarizar o que está efetivamente por trás dos processos destrutivos constitutivos da crise ambiental. Tsing (2015) problematiza que as linhas do tempo demarcadoras dessa época não têm gênese na filogenética evolutiva da espécie como um todo, mas com o advento do capitalismo e seus múltiplos desarranjos sociometabólicos em escala planetária.

A proposta desse conceito secundariza o papel motriz do desenvolvimento geográfico desigual na transformação das entidades terrestres em recursos e mercadorias no âmbito da modernidade-colonialidade. Segundo Aráoz (2023, p.9), essa questão coloca em evidência que “[...] o principal erro dos naturalistas do ‘Antropoceno’ é atribuir às espécies o que, histórica e cientificamente, corresponde a uma formação social”. A época é irreduzível a apenas seus elementos geológicos, quantitativos e demográficos porquanto é permeada por dimensões sociais, políticas, culturais, históricas e geográficas.

A generalidade implícita ao conceito obscurece a multiplicidade de lugares enunciativos e existenciais daqueles que não contribuíram para o desarranjo planetário. Destarte, os debates hegemônicos sobre o Antropoceno reproduzem narrativas ocidentalizadas de progresso, crescimento e avanço tecnológico pautados no domínio humano sobre a Terra (Simpson, 2020). A centralidade do ‘antropos’ reforça o ideário da cisão sociedade-natureza, colocando a primeira como superior à segunda, o que reitera uma das causas da crise ambiental.

Dado o caráter omniabarcante do conceito, é fundamental colocar em evidência que o ‘antropos’ no seu âmago não é a humanidade como um todo, mas a figura do ‘Homem’ ocidental como agente de sua própria destruição e superação. Segundo Myers (2018), a retórica antropocêntrica reforça o ideal do ‘salvador branco’ que se coloca como único que pode resgatar a humanidade do destino que ele mesmo a relegou.

Ferdinand (2022) corrobora essa crítica ao destacar que o horizonte conceitual do Antropoceno secundariza e despolitiza o papel da espoliação, mercantilização, coisificação e escravização de humanos e não humanos. Nas palavras do autor: “[...] as catástrofes são percebidas e narradas a partir de um centro geográfico e temporal, um lar singular: um ‘oikos colonial’” (Ferdinand, 2022, p. 146, grifo do autor). Os lugares flagelados na construção da crise ecológica são inseparáveis das violências geofágicas operadas pelo Norte Global.

Ao universalizar a humanidade, o Antropoceno consubstancia uma narrativa terrestre que pretere a história colonial fundadora do sistema-mundo atual ao centralizar-se na indiferenciação do ‘antropos’ como causa para a crise ecológica (Simpson, 2020; Ferdinand, 2022). Esse discurso reitera o antropocentrismo euro-anglo-cêntrico que obscurece as estruturas de ecocídios, epistemicídios, topocídios e genocídios situadas nas origens dos desequilíbrios geossistêmicos e das injustiças ambientais vividas pelos coabitantes do Sul Global.

As desigualdades de acesso, de formas de resposta e de contribuições para os desdobramentos catastróficos das ações ocasionadas pelas atividades produtivas são marginalizadas pela generalidade do Antropoceno, que situa todos em condições de pretensa igualdade. O ‘antropos’ universalista, uma espécie de homem vitruviano, obscurece as condições assimétricas das tensões e fraturas ecológicas emergentes nos arranjos de vulnerabilidade da crise ambiental, o que reforça a narrativa hegemônica do ‘oikos colonial’.

Entremeio às críticas sumarizadas, pode-se evidenciar a insatisfação dos pesquisadores das humanidades com o nível omniabarcante do conceito. Um dos caminhos trilhados para reposicionar o conceito é o rearranjo do termo, de modo a compor um léxico distinto que utiliza de outros neologismos para denominar a época. Isso é explicitado no estudo de Chwałczyk (2020), em que foram identificadas mais de 80 proposições de ‘cenos’ que visam resolver os problemas da generalização antropocênica.

Para compreender as ideias e razões que embasam as propostas, o autor as sumarizou em quatro categorias em acordo com as razões que fundamentam a nomenclatura: Meta-propostas, diagnósticas, espacializadas e propositivas (Chwałczyk, 2020). Pautado nessa síntese, realizou-se um agrupamento dos fundamentos e de alguns dos principais exemplos que se encaixam na categorização, os sintetizando na Tabela 1. Cabe salientar que em função da complexidade interdisciplinar e da amplitude do temário das humanidades ambientais, há zonas de entrecruzamento e de nebulosidade na distinção e classificação das propostas.

**Tabela 1.** Síntese de conceitos alternativos ao Antropoceno.

Classificação	Fundamentos da proposta	Principais exemplos
Meta-propostas	Aglutinam metanarrativas e respostas que questionam ou expandem o conceito	Antropo-cena (Lorimer, 2016); Neologismoceno (Mentz, 2017); Antropobsceno (Parikka, 2016); Antropoceno Assimétrico (Wakefield, Chandler, & Grove, 2021); Prósopoceno (Rosengren, Permanto, & Burman, 2023)
Propostas diagnósticas	Buscam as raízes da crise ecológica contemporânea; visam indagar ‘o que?’ e ‘como?’	Capitaloceno (Moore, 2015); Necroceno (McBrien, 2016); Econoceno (Norgaard, 2015); Negroceno (Ferdinand, 2022); Antropo-cego (De La Cadena, 2018)
Propostas espacializadas	Salientam como as dinâmicas espaciais tanto estão na raiz quanto demonstram os efeitos das fissuras ambientais	Plantationoceno (Haraway et al., 2016); Mineraloceno (Aráoz, 2023); Euclidoceno (Haraway et al., 2016); Metropoceno (Whitehead, 2014); Urbanoceno (Chwałczyk, 2020)
Propostas propositivas	Consideram o período atual como início de uma nova época e como ela poderia/deveria vir a ser ante à crise ecológica atual	Chthuluceno (Haraway, 2016); Humiloceno (Abram, Milstein, & Castro-Sotomayor, 2020); Ecoceno (Boff, 2017); Deplantationoceno (Chartier, 2021); Plantropoceno (Myers, 2017)

Obs: Baseado na classificação de Chwałczyk (2020), com seleção de exemplos específicos e acréscimo de outros ‘cenos’ propostos posteriores a 2020.

Os múltiplos ‘cenos’ propostos indicam a constituição de contra-narrativas ou de narrativas complementares que postulam outros modos de pensar sobre a realidade das disrupções geossistêmicas. Baseados em distintas correntes teóricas e campos disciplinares, as teorizações das humanidades ambientais compõem um léxico ampliado que possibilitam a superação das limitações do escopo reducionista e por vezes despolitizado do Antropoceno.

Não se trata de abandonar as discussões e reflexões incitadas pelo temário antropocênico, mas de colocar em pauta outros vocabulários e horizontes imaginativos que podem ser mobilizados para desvelar e enfrentar a crise ambiental. Com a finalidade de problematizar as distintas contribuições dos principais exemplos de outros ‘cenos’, as próximas seções explicitam as críticas específicas e as discussões que as embasam aglutinadas em acordo a classificação sintetizada no Tabela 1.

## Meta-propostas

As meta-propostas objetivam explicitar ou questionar as múltiplas dimensões envolvidas ao processo de nomenclatura do ‘ceno’ contemporâneo (Chwałczyk, 2020). Elas enovelam proposições metanarrativas que visam se reapropriar da noção central do Antropoceno e altera-la de modo a constituírem arranjos de vocabulários que realizam (auto)críticas aos contextos acadêmicos, filosóficos, culturais, políticos ou sociais emergentes das discussões sobre a temática nas humanidades ambientais.

O exemplo paradigmático que melhor demonstra essas características é a ideia da Antropo-cena de Lorimer (2016). Essa nomenclatura tem por cerne a ideia de explicitar as maneiras como a proposta do Antropoceno gerou uma virada epistêmica abrangente que atinge múltiplos campos do conhecimento, estruturando uma ‘cena’ intelectual. Essa conceituação descreve o *zeitgeist* das humanidades ambientais e as multiplicidades de narrativas, discursos e conceitos que incluem e excedem as ideias popularizadas por Crutzen e Stoermer (2000).

A lógica metanarrativa do termo implica na concepção de como o Antropoceno ultrapassa as fronteiras das ciências da natureza e progressivamente incorporou novas estéticas ambientais que possibilitam expandir imaginários e políticas especulativas. Essa ‘cena’ explicita como suas ideias se tornaram um espaço-evento catalizador de reflexões, ativismos, obras artísticas e projetos investigativos envolvidos nos arranjos de problematização da crise ambiental.

Similarmente a Lorimer (2016), Mentz (2017) argumenta em prol de uma reapropriação do ideário conceitual para englobar as múltiplas e crescentes nomenclaturas que têm sido propostas. Por meio do Neologismoceno, ele postula acerca da importância de pluralizar o Antropoceno e de não se limitar a uma ou outra terminologia. Fundado na constatação da multiplicidade de neologismos, o autor compreende que cada um deles ajuda a compreender uma ou outra dimensão do problema e que podem ser coletivamente articulados sem uma disputa entre qual seria a mais adequada. A ideia engloba e celebra todas as outras, o que faz dela uma Meta-proposta que responde à própria construção de variadas denominações.

Diferentemente das duas anteriormente citadas, o Antropobsceno difundido por Parikka (2016) almeja questionar diretamente a lógica antropocêntrica dos efeitos dos desejos e designs científicos e tecnológicos da humanidade por meio das práticas materiais e produtivas geofágicas das corporações capitalistas. Segundo o teórico, a adição do 'obsceno' torna-se "[...] auto-evidente quando se começa a considerar as práticas insustentáveis, politicamente dúbias e eticamente suspeitas que mantêm a cultura do design tecnológico e suas redes corporativas" (Parikka, 2016, p. 42, tradução nossa).<sup>2</sup>

Outra metacrítica à proposição geológica é o conceito de Antropoceno Assimétrico de Wakefield et al. (2021). O acréscimo da 'assimetria' como parte da nomenclatura advém como forma de descentralizar o discurso 'simétrico' que coloca todas as relações humanas e não humanas como equivalentes. O que está sendo posto como assimétrico são as múltiplas formas de relação entre a Terra e as entidades viventes.

Para os autores, trata-se de trazer à luz as correntes de pensamento marginalizadas e minoritárias que abordam as situações polimórficas e multivalentes que enovelam os variados entes terrestres, sejam estes viventes ou não viventes. Essa assimetria é tomada como algo fundamental, especialmente no concernente aos arranjos coabitacionais de forças humanas e não humanas. O acréscimo possibilita contestar o binarismo humano-mundo e propor compreender as teias de enovelamentos relacionais imbricadas à crise ambiental.

Na conjuntura de críticas descoloniais à homogeneidade do 'antropos' e de seu 'oikos colonial', Rosengren et al. (2023) consideram os múltiplos outros 'nós' coletivizados poderiam ser plasmados no conceito de Prósopoceno. O radical do termo se origina do grego πρόσωπον (*prósopon*, pessoa) e visa situar que mais que os seres humanos, existem outras pessoas não humanas que também deveriam ser inclusas na nomenclatura. Eles referem-se às entidades outras-que-humanas que são pessoalizadas pelos povos excluídos pela modernidade-colonialidade, particularmente evidente no caso dos mundos-de-vida Ameríndios.

Para essa perspectiva, o 'quem' envolto nas forças geológicas dessa época é muito restrito por preferir o 'nós universalista' presente nas cosmovisões dos povos nativos do Sul Global, para quem ser uma pessoa não coincide necessariamente a ser humano, podendo incluir vales, rios, mares, a troposfera, etc (Rosengren et al., 2023). Destarte, o Proposopoceno é uma Meta-proposta que se centra em reconhecer as agências não humanas que são também diretamente afetadas pela voracidade geofágica incitada Norte Global, reconhecendo todos que são vitimados pelas suas consequências escatológicas.

## Propostas diagnósticas

Em contraponto às metaproposições, as propostas diagnósticas ensejam expor diretamente as raízes das condições que possibilitaram a crise ambiental (Chwałczyk, 2020). Elas se agrupam em função de buscarem respostas para 'quando', 'quem' ou 'como' se originou o escalonamento da agência que expande os desarranjos geossistêmicos. Os enfoques tendem a ser em substituir o 'antropos' universalista por léxicos críticos que salientam as estruturas e formações sociais que estão no âmago das injustiças ambientais.

No horizonte dos diagnósticos, o vocábulo mais difundido é o conceito de Capitaloceno elaborado por Moore (2015, 2017, 2018). De modo similar ao Antropobsceno, ele pleiteia enfatizar as limitações do Antropoceno e argumenta em prol de superar os determinismos de recursos e tecnologias implícitos ao discurso hegemônico do AWG. O ponto nevrálgico da proposta é a constatação de que a época tem um caráter histórico mormente moldado pelos ciclos crescentes de acumulação ampliada do capital (Moore, 2015).

Fundamentado na economia política marxista, Moore (2015) considera que as ferramentas, poderes, conhecimentos e arranjos produtivos do capitalismo, desde sua concepção inicial, foram estruturadas para apropriar-se do mundo e acumular riqueza por meio da transformação da natureza em forma-mercadoria. Nesse processo, o modo de produção se apoderou também da reprodução das teias de vida, tornando-se uma

<sup>2</sup> "[...] self-explaining when one starts to consider the unsustainable, politically dubious and ethically suspicious practices, which maintain technological design culture and its corporate networks".

narrativa em que a acumulação de riquezas é dependente da existência de naturezas humanas e não humanas que são baratas em função de seu custo social e ambiental não ser externalizado (Moore, 2017).

Isso ocorre porque a dinâmica capitalista envolve também um “[...] processo de ‘colocar a Natureza para trabalhar’” (Moore, 2017, p. 13, grifo do autor, tradução nossa)<sup>3</sup> por meio da acumulação por expropriação. A lógica da reprodução econômica se pauta desde a apropriação da unidade familiar dos trabalhadores até a geosfera, a atmosfera e a biosfera (Moore, 2015). Ao operar as transmutações para a universalização hegemônica do valor de troca, o capital se insere de modo geofágico nos ciclos geossistêmicos. Nessa concepção, o capitalismo é entendido como uma articulação ecológica multi-espécie envolta em arranjos do capital, poder e (re)produção.

Segundo Moore (2018, p. 39, grifo do autor, tradução nossa), é fundamental considerar “[...] a realidade dos nossos tempos não como os últimos dias do Antropoceno, a ‘Era do Homem’ e da natureza, mas do Capitaloceno, a ‘Era do Capital’-na-natureza”.<sup>4</sup> Para além de organizar a produção e os mercados por meio da forma-dinheiro, o capitalismo também se torna uma mediação entre a natureza humana e não humana. É o ‘capital’, e não um ‘antropos’ indiferenciado e universalizante, que está na raiz da (re)organização das teias de vida planetárias.

Os horizontes analíticos do Capitaloceno possibilitam o enfrentamento dos conformismos e universalismos do Antropoceno em prol de situar o início do capitalismo como ponto geográfico e histórico primacial da época atual. Ao situá-lo como parte da teia de vida em desarranjo sociometabólico, a proposta potencializa o foco no *oikos* capitalista pautado na expropriação da força de trabalho e da transformação da Terra em valor de troca (Moore, 2017).

De modo complementar e concordante ao Capitaloceno, McBrien (2016) postula a existência concomitante do Necroceno. A postulação visa destacar que o efeito colateral do momento biogeológico do Capitaloceno é a metamorfose do processo de expansão do capitalismo em um processo de (auto-)extinção. É como se o capital se transformasse em uma espécie parasitária e geofágica que se alimenta da apropriação das extinções em massa do passado para produzir continuamente novas extinções até o momento de sua auto-aniquilação que levará parte da vida planetária em conjunto.

Por meio dessa lógica, o Necroceno, como a sombra obscura do Capitaloceno, desdobra um paradoxo auto-evidente. Nas palavras de McBrien (2016, p.117, tradução nossa), a “[...] extinção é tanto o sucesso imediato quanto o fracasso derradeiro da real subsunção da Terra pelo capital [...]”<sup>5</sup>, pois somente finalizará com o fim dessa formação social. A nomenclatura sublinha o caráter de necrose resultante das dinâmicas capitalistas ante o planeta.

Similarmente às nomenclaturas de Moore (2015) e McBrien (2016), Norgaard (2015) considera que o termo fundamental para a compreensão das raízes do período atual seria o Econoceno. Nesse caso, a substituição do ‘antropos’ direciona a pensar no papel da economia e de suas articulações no suporte para a trajetória do habitar moderno e seus desarranjos sociometabólicos. O conceito visa evocar o horizonte existencial da modernidade, especialmente o modo como este é formado por artefatos econômicos, como rodovias, arranha-céus, centros de distribuição, fábricas, hipermercados, estacionamentos, bens de consumo, etc.

Para Norgaard (2015), os constructos econômicos que deixarão marcas estratigráficas para os geólogos do futuro serão os resíduos advindos da adoração das mercadorias. Além de se referir diretamente à economia, o Econoceno também pretende salientar o ‘economismo’ e suas narrativas ideológicas pautadas no empreendedorismo, no desenvolvimento e nos investimentos. O ‘economismo’ rege as ações das instituições, inclusas aquelas que visam enfrentar as mudanças climáticas, tanto quanto a vida das pessoas. Simultaneamente, ele se introjeta nas dinâmicas ambientais e aprofunda as contradições do período atual.

No campo das teorias descoloniais, um diagnóstico alternativo aos supracitados é o Negroceno difundido pelo intelectual caribenho Ferdinand (2022). Ante ao Antropoceno e seus constructos hegemônicos, a nomenclatura “[...] pressupõe também desenterrar os vestígios daqueles a quem o mundo foi recusado” (Ferdinand, 2022, p. 82). O Negro no cerne do conceito expressa o papel basilar da violência, da exploração e da escravização dos povos afro-diaspóricos na consolidação do habitar colonial que resultou nas transmutações paisagísticas dos geossistemas.

Ferdinand (2022) ressalta que o Negro não se refere especificamente a uma origem étnica específica, designando todos aqueles que estão nos ‘porões’ de exclusão do mundo moderno. Trata-se das pessoas humanas

<sup>3</sup> “[Capitalism is also] a process of ‘putting Nature to work’”.

<sup>4</sup> “[...] the reality of our times as the waning days not of the Anthropocene, the ‘Age of Man’ and nature, but of the Capitalocene, the ‘Age of Capital’-in-nature”.

<sup>5</sup> “Extinction is the both the immediate success and ultimate failure of the real subsumption of the earth by capital”.

e não humanas que são reduzidas ao valor energético a ser extraído de sua força de trabalho ao mesmo tempo que têm sua existência digna no mundo negada pelas dinâmicas geofágicas da modernidade-colonialidade.

O Negroceno refere-se a “[...] ‘uma maneira injusta de habitar a Terra’ [...]” (Ferdinand, 2022, p. 80, grifo do autor). O vocábulo sublinha a época geológica que produz material, social e politicamente os Negros que são socialmente discriminados e politicamente dominados. Nos horizontes da crise ambiental, ele pontua que a raiz do parasitismo operado pelo *oikos* hegemônico é a apropriação das energias vitais das entidades não humanas em concomitância com os seres humanos desumanizados pela ideologia dominante.

Nos estudos das cosmopolíticas, De La Cadena (2018) se apropria do Antropoceno ao reposicioná-lo como o Antropo-cego. A antropóloga sustenta que as tensões do presente são marcadas por zonas nebulosas de contato entre culturas e naturezas com agenciamentos diversos e, em sua grande parte, antagônicos. De La Cadena (2018) exemplifica tal situação por meio dos conflitos entre as cosmovisões dos povos ameríndios, em que há o privilégio de coletivos de entidades humanas e não humanas sem que haja distinção entre elas, e as sociedades ocidentais, que não contemplam a agência de entidades outras-que-humanas.

O Antropo-cego situa no centro os múltiplos desencontros de mundos heterogêneos compostos por epistemologias e ontologias que entendem sociedade-natureza como um *continuum* e aquelas, hegemônicas, que constituem uma cisão entre ambas. O termo destaca que essa tensão de modos de coabitar a terra está na raiz da crise ambiental contemporânea, da qual o modo de produção seria um fenômeno diretamente correlacionado, mas que é expressão máxima desse desencontro intensificado pelos processos de colonização (De La Cadena, 2018).

Por essa razão, o ‘Cego’ ultrapassa o escopo dos regimes de visibilidade e se refere a inerência de impossibilidade de dialogia entre formas de se relacionar com a Terra quando uma das partes se retroalimenta da sua reificação e mercantilização (De La Cadena, 2018). A conceituação inclui as práticas e os praticantes dos grupos dominantes que ambicionam moldar o planeta ao homem vitruviano do projeto moderno ao mesmo tempo que posiciona as desobediências dos coletivos mais-que-humanos que os resistem, incluindo os ‘antropos’ que são excluídos da modernidade-colonialidade. Em suma, trata-se de uma nomenclatura que problematiza as tensões entre aqueles que se envolvem na destruição dos mundos humanos e não humanos ante aos mundos que rejeitam a sua destruição (De La Cadena, 2018).

### Propostas especializadas

Embora na discussão originária de Chwałczyk, (2020), ela apareça como subcategoria das diagnósticas, considera-se que as propostas especializadas diferem suficientemente para serem uma categorização separada em função de acrescerem a dimensão geográfica que não é plenamente salientada na primeira. Elas enfocam nas dinâmicas espaciais definidoras da época atual, expandindo ou redirecionando o escopo para as mudanças de paisagens, de territórios e de lugares que tomam dimensões globais. O fator essencial para as proposições agrupadas nessa categorização é a forma como a (re)produção social do espaço influencia ou possibilita a hiperagência geológica da hegemonia moderno-colonial.

O Plantationoceno é uma das propostas que problematiza a época atual por meio da matriz espacial difundida pela colonização: o *plantation*. A concepção teve origem em 2014 durante uma mesa redonda interdisciplinar composta por Haraway et al. (2016), posteriormente publicada pela revista *Ethnos*. Nessa ocasião, os pesquisadores das humanidades ambientais discutiram sobre as condições e contradições do Antropoceno e concluíram que seria importante salientar as maneiras como as formas espaciais do *plantation* fundamentaram a forma como as pessoas, plantas, animais, fungos e outras entidades foram transmutadas em recursos.

Na discussão, Haraway, Tsing e Ishikawa problematizam que a expansão do sistema *plantation* precede a instituição do Capitalismo, pois ele foi a base da acumulação colonial necessária para a fundação desse modo geofágico de produção. O Plantationoceno coloca no centro das problemáticas ambientais contemporâneas a massificação dessas espacialidades pautadas na escravização de humanos e não humanos, na padronização homogeneizadora, na reificação universalizante e no aprofundamento da cisão cultura-natureza (Haraway et al., 2016). Ele engloba “[...] uma estética de repetição que pode ser observada na uniformização das plantas, das maneiras de consumir, de se vestir e de pensar o mundo” (Ferdinand, 2022, p. 67).

Simultaneamente, o Plantationoceno problematiza o paradigma ético porquanto reconhece a cumplicidade de parte da humanidade, aquela que ignora a continuidade da economia escravocrata e homogeneizante do *plantation*, com a criação e continuidade da catástrofe (Borràs-Pentinat, 2023). O conceito argumenta em prol de uma compreensão da crise ambiental que não secundariza a associação da degradação do meio ambiente à desumanização de outros modos de ser-no-mundo.

A dimensão geográfica do Plantationoceno é evidente pelo modo como ele inclui a diáspora africana, a instituição global da monocultura e a violência dos ecocídios, topocídios, genocídios e epistemicídios dos habitantes do Sul Global. Em acordo à proposta, Ferdinand (2022) pondera que, na condição de outro lado da moeda do Negroceno, o *plantationoceno* transcende os limites das fazendas e fábricas ao expressar as relações de poder, dependência e injustiça decorrentes de projetos reiterativos que vulnerabilizam territórios, povos e modos de coabitação terrestre explorados pela máquina de produzir ruínas da modernidade-colonialidade.

Wolford (2021) expõe que o potencial desse conceito está em dimensionar as estruturas espaciais, sociais, políticas e culturais presentes nos arranjos econômicos modernos. Em razão de seu enfoque nas condições extrativas e especialmente desiguais, o Plantationoceno articula as redes de precariedade locais-globais e suas reverberações distópicas evidenciáveis nas injustiças ambientais decorrentes dos desarranjos geossistêmicos que tiveram as invasões coloniais como ponto de ignição.

Similarmente a essa proposta, Araújo (2023) considera que a continuidade dessa lógica de conquista sistemática que aprisiona espacialidades a ciclos viciosos de vulnerabilização centra-se nas tecnologias da Mina e da Plantação, formas espaciais matriciais para o regime sociometabólico de destruição planetária. Para ele, o Plantationoceno poderia ser articulado à coexistência do Mineraloceno, de modo a enfocar-se em outra das dimensões espacializadas que marcam a presente época.

O combustível mineral é compreendido por Araújo (2023) como o ponto nevrálgico da exploração da sociobiodiversidade terrestre, mobilizando as subjetividades humanas rumo voracidade (auto-)destrutiva dos sistemas planetários. A contínua busca geofágica por fontes de energia para alimentar os maquinários produtivos geram territórios de exceção e grandes zonas dinamitadas, escavadas e destruídas por projetos espaciais de extração de minérios. Isso ocasiona no aumento da entropia e dos desarranjos geo-sociometabólicos que materializam as consequências do desenvolvimento geográfico desigual em escala planetária.

O Plantationoceno e o Mineraloceno problematizam a estética de linearização e de repetição no âmago da espacialidade da crise ambiental. Essa dimensão homogeneizadora de lugares, paisagens e territórios também gerou uma segunda proposta surgida da mesa redonda de Haraway et al. (2016) em que Olwig e Bubandt sugeriram a denominação de Euclidoceno.

Como o termo indica, o cerne é a maneira como a modernidade instaurou a uniformização reificante dos espaços em acordo a uma utópica matriz euclidiana, de modo a pontuar também o papel das epistemes científicas ocidentais nesse processo. Esse esforço de manipular o mundo para se encaixar no modelo geométrico euclidiano expressa a contradição entre a uniformidade das espacialidades transmutadas em valor de troca ante a complexidade dos processos geossistêmicos (Haraway et al., 2016).

Outra ideia que salienta como a organização espacial fulmina nos processos geofágicos da crise ambiental é a concepção do Metropoceno de Whitehead (2014). Por meio desse conceito, ele visa desnudar como as dinâmicas e demandas da urbanização e metropolização planetária são as marcas estratigráficas mais evidentes de como certos grupos humanos atuam como forças geológicas. Simultaneamente, ele sustenta que as ameaças ambientais contemporâneas possivelmente resultarão em um conjunto de mudanças nas lógicas da metropolização, de modo que o Metropoceno seria a expressão espacial dessa retroalimentação.

Baseado em Whitehead (2014), Chwałczyk (2020) argumenta em prol de uma concepção mais ampla na designação de Urbanoceno. Esse ideário inclui a extrapolação do que já é visível hoje na planetarização do urbano, com seus múltiplos impactos geossistêmicos, e a constatação da urbanização como principal motor da hipertrofia da agência geofágica que generaliza as cidades do capital. Ante a focar na raiz das contradições, a ideia é demonstrar sua cristalização socioespacial privilegiada: os espaços urbanos.

O Urbanoceno coloca a problemática em uma escala mais abrangente que o Metropoceno ao convergir para os artefatos, resíduos e formas de organização espacial que incluem o modo de vida urbano e seus entrelaçamentos ao consumismo, a abstração do trabalho e a cisão humano-natureza diretamente ligada à divisão rural-urbana. Dessa maneira, a proposta de Chwałczyk (2020) oferece um diagnóstico das origens das transformações geossistêmicas que pode ser evidenciado nos materiais e formas das cidades ao mesmo tempo em que postula que as dificuldades de lidar com a crise ambiental necessariamente envolvem esses espaços.

## Propostas propositivas

Diferentemente das anteriores, as propostas propositivas consideram que se for existir um futuro para a humanidade, essa época não pode ser um Capitaloceno ou Antropoceno, pois essas ideias contêm significativa

escatologia apocalíptica. Desse modo, essas proposições se centram na ideia de que o ‘ceno’ atual não deveria ser nomeado em acordo com os epifenômenos do presente, mas em acordo com aquilo que essa nova época poderá ou deverá vir a ser (Chwałczyk, 2020). Elas se agrupam em função de ideários e imaginações que almejam indicar tramas para reorientar o funcionamento sociometabólico rumo a criação de arranjos relacionais pautados na reciprocidade, convivialidade, coabitação e renovação ecoplanetária.

Ante às denominações que se focam nas grandes narrativas da modernidade, do progresso e da história, Haraway (2016) pondera que é fundamental direcionar o foco para o nível local dos problemas. Para tanto, ela sugere a adição do Chthuluceno como forma de posicionar um espaço-tempo das situacionalidades de viver e morrer em uma Terra danificada pelas agências geofágicas. O nome agrupa o termo grego *χθών* (*Khthon*, telúrico) ao *kainos* como caminho para demonstrar as possibilidades de (sobre)vivência simbiótica entre as entidades terrestres que coabitam entremeio as cicatrizes e feridas da crise ambiental.

Haraway (2017, p. 33, tradução nossa) considera que vir-a-ser-com nos mundos do Chthuluceno deve envolver “[...] juntar forças para reconstituir refúgios e fazer possível a recuperação e a recomposição biológica-cultural-política-tecnológica”.<sup>6</sup> Esse tempo-espaço de parcerias entre entidades terrestres humanas e não humanas advém de parcerias *chthônicas* que salientam os arranjos de reciprocidades, trocas e convivialidade que devem emergir para que existam futuros distintos da potencial autodestruição aludida pelo Necroceno e Capitaloceno.

Em uma entrevista concedida a Milstein e Castro-Sotomayor, Abram converge à concepção de que é necessário que se trilhem caminhos para transformar essa época em um Humiloceno (Abram et al., 2020). Essa nomenclatura associa duas ideias que se originam da raiz *humilis*: humildade e húmus. A articulação dessas ideias enfatiza a necessidade de reconhecer a centralidade do solo terrestre e ao mesmo tempo colocar a humanidade em uma posição de humildade. Além disso, Abram alude para a proximidade da nomenclatura com a palavra humilhação, que reitera aquilo que as sociedades futuras (caso existam) terão de sentir ao contemplar as ações geofágicas das gerações precedentes.

Também como contraponto às narrativas hegemônicas do Antropoceno, Boff (2017) sugere a inauguração do Ecoceno. Nesse período, superar-se-ia as ideias neoliberais de desenvolvimento sustentável rumo a maneiras efetivamente ecológicas de manter e melhorar a vida de todas as entidades do planeta, associando economia-política-cultura em prol do reconhecimento da indissociabilidade humano-natureza. Como complementa Borràs-Pentinat (2023), isso envolveria um reposicionamento epistemológico e estrutural global pautado na descolonização e coletivização da vida, com foco nas concepções integrais do bem-viver comunitário ante o individualismo hegemônico.

O Ecoceno almeja a demolição do antropocentrismo capitalista rumo à consubstancialização de maneiras de coabitação terrestre pautadas em florescimentos de biocenoses (Borràs-Pentinat, 2023). Para tanto, os direitos imanentes à natureza seriam reconhecidos em confluência a uma ética ampliada centrada nas relações complementares, entrelaçadas e intersubjetivas entre corpo e habitat necessárias para reabitar a Terra.

Nas trilhas de posicionar uma superação do período atual, Chartier (2021) propõe o conceito de Deplantationoceno. Ele pondera que essa denominação abarcaria as práticas, lógicas e agentes que estão envolvidos em esforços para a saída do Plantationoceno. Ele exemplifica as dinâmicas dessa época por meio dos produtores de vinhos naturais sem herbicidas, pesticidas e monoculturas na França que estariam agindo diretamente na construção de arranjos naturais-culturais que polinizam as emergências do Deplantationoceno. Semelhantemente ao Ecoceno e o Chthuluceno, essa proposta engloba a valorização de elos comunitários e de dinâmicas que rompam os dualismos sociedade-natureza.

Também em enfrentamento às geografias de arruinamento do Antropoceno e com convergências ao Deplantationoceno, Myers (2017, 2018) convoca a ideia especulativa do Plantropoceno. Por meio dessa nomenclatura, ela destaca a necessidade de reconhecimento dos múltiplos entrecruzamentos plantas-humanos como caminhos para a construção de formas de sociabilidade que superem o antropocentrismo hegemônico. O Plantropoceno é um chamado para realizar formas de encontro horizontalizados que questionam a ausência de agência ou de senciência das plantas (Myers, 2017).

Mais que considerar a situação atual como uma condenação do planeta às dinâmicas inerciais de autodestruição, Myers (2018, p. 55, grifo do autor, tradução nossa) pontua a necessidade de “[...] encenar novas ‘cenas’ e novos modos de ver e semear relações entre plantas e humanas no aqui e agora, não em um futuro

<sup>6</sup> “[...] is to join forces to reconstitute refuges, to make possible partial and robust biological-cultural-political-technological recuperation and recomposition”.

distante”.<sup>7</sup> No Plantropoceno o desafio é multiplicar esses arranjos ontológicos não dualistas e dar tempo e espaço para que alianças geossistêmicas possam fruir em lugares de regeneração que interrompam os processos geofágicos.

### Por que multiplicar os ‘cenos’ e suas ‘cenas’?

Conforme evidenciado nas seções precedentes, independente do que o AWG e os pesquisadores das ciências naturais decidirem sobre as datações estratigráficas e a denominação oficial do Antropoceno, há um léxico ampliado nas humanidades ambientais que se reapropriaram do termo. As geociências parecem ter perdido o controle do termo ante aos outros campos do conhecimento que estão dispostos a engajar especulativamente sobre as semânticas antecipatórias dos sentidos dessa época (Lorimer, 2016).

Desarranjos geológicos, ecológicos e sociometabólicos ocasionados pelas fraturas geofágicas compõem arranjos de expansiva precariedade que vulnerabilizam parte significativa da humanidade. O fato em cena é que as catástrofes, desastres e injustiças ambientais tomaram proporções que evocam imaginários escatológicos desestabilizantes das formas hegemônicas de habitar a Terra. Especialmente para aqueles que se situam nos porões da modernidade-colonialidade, a fúria das tempestades que se anunciam é incontornável (Ferdinand, 2022). Porém, isso não deve significar a resignação face a um fim trágico.

Para Hujibens (2021), as atuais e futuras ruínas dessa época podem ser (re)negociadas e transmutadas rumo a outras formas de convivialidade, desobediência, insubordinação e enfrentamentos. Face à ‘cena’ desmobilizadora da figuração hegemônica do Antropoceno, os múltiplos outros ‘cenos’ ofertam caminhos para repolitizar, incluir e mobilizar múltiplas formas de existência que desafiem os horizontes imaginativos das epistemologias escatológicas.

Florescem propostas que visam dismantelar as lógicas generalizantes do ‘antropos’ rumo a outros nexos comunitários, como demonstram os conceitos de Plantropoceno, AntropObsceno, Antropo-cego, Chthuluceno, Prósopoceno, dentre outros. O desafio que elas apresentam é o de conjurar mundos vivíveis que superem os elos de sobrevivência e estabeleçam sentidos coabitacionais capazes de esfacelar a cisão cultura-natureza.

Responder à questão de como fazer mundos vivíveis, pondera Myers (2018), envolve reconhecer que não é preciso esperar o fim da hegemonia desse. Como coaduna Haraway (2015), trata-se de compreender que mais que transgredir as nomenclaturas, deve-se fazer com que o Antropoceno, como figura distópica-apocalíptica, seja o mais curto possível. Para tanto, é necessário expandir os imaginários rumo a recomposição de refúgios em parcerias multi-espécies que articulem variadas cosmovisões.

Conceitos como Capitaloceno e Plantationoceno nomeiam a produção de novas naturezas e humanidades com forças geofágicas que deixaram lastros destrutivos (Nelson & Braun, 2017), o que colabora para indicar contra o que se deve lutar para superar as condições rumo a arquitetura de mundos vivíveis. As epistemologias especulativas advindas da Antropo-Cena ou do Neologismoceno consubstanciam estéticas, imaginações e projetos de contra-narrativas ou de narrativas complementares que compõem prognósticos alternativos. Por meio da articulação dos múltiplos ‘cenos’ e de suas problematizações, podem ser possíveis elaborar novas ‘cenas’ políticas que polinizam outros mundos de enfrentamentos e insubordinações.

Concordante a Lorimer (2016), pode-se identificar que essas ‘cenas’ de enfrentamentos convergem ao pluralismo. Essa situação é evidente ao constatarmos que variados teóricos se utilizam concomitantemente e complementarmente mais de um ‘ceno’ para se referir a época a depender de qual aspecto é problematizado – como é o caso de Aráoz (2023), Ferdinand (2022), Chartier (2021), Haraway (2015, 2016), Haraway et al. (2016) e McBrien (2016). Não se trata de propostas de novas universalizações, o que seria repetir o equívoco do Antropoceno, mas de costuras de tessituras multidimensionais convergentes a conceituações disruptivas.

Em revés a aceitação da denominação generalizante da época do ‘antropos’ e seu reforço ao antropocentrismo moderno, a fertilidade de ideários que compõem a multitude de ‘cenos’ desvela a virtuosa irreverência dos engajamentos das humanidades ambientais com esse conceito. Como demonstra o léxico ampliado situado nas seções precedentes, multiplicar os ‘cenos’ e suas ‘cenas’ é um caminho para identificar as raízes, as contradições e as potencialidades de transmutação dessa época marcada pela crise ambiental geofágica.

<sup>7</sup> “[...] to stage new scenes and new ways to see and seed plant/people relations in the here and now, not some distant future”.

## Considerações finais

O Antropoceno fertilizou múltiplos debates nas ciências humanas. Atualmente, há significativas discussões concernentes a nomenclaturas alternativas que reposicionam as narrativas rumo a inclusão de meta-respostas, diagnósticos, espacialidades e propostas críticas. As variadas proposições para o ‘ceno’ presente abarcam formações sociais e expressões de formas de habitar a Terra que salientam as complexidades de superação da crise ambiental.

Para ser eficaz, um ‘ceno’ deve possibilitar a compreensão crítica do papel de ‘quais seres humanos’ nos desarranjos eco/geossistêmicos. Além disso, ele precisa considerar as conexões com sistemas socioecológicos interescares e reconhecer o papel das interações culturais, políticas e sociais na transmutação geofágica das paisagens e nas injustiças ambientais. A inadequação do Antropoceno em preencher esses requisitos é o fator que incita a polinização de variados outros ‘cenos’ que enovelam compreensões mais amplas e complexas da crise ambiental ao mesmo passo em que buscam saídas.

O principal ponto que converge grande parte do vocábulo da ‘cena’ de contraposições ao Antropoceno é a insatisfação com a generalização omniabarcante do ‘antropos’ e a forma como essa reforça a cisão moderna entre cultura e natureza. Nesse sentido, as reflexões suscitadas pela articulação dos múltiplos ‘cenos’ contribuem para a constituição de léxicos contra-hegemônicos que cultivam imaginários alternativos, mobilizadores e irreverentes.

Ao pluralizar os mundos, lugares, territórios, seres e agências envoltas aos desarranjos sociometabólicos geo/ecossistêmicos, as reapropriações conceituais ultrapassam a dimensão de transgressão de nomenclaturas e se tornam ferramentas para desvelar e fazer frente às dinâmicas geofágicas em expansão pelo globo. Face as condições e contradições da crise ambiental, é basilar cultivar quantos ‘cenos’ forem necessários para a destruição da hegemonia omniabarcante das narrativas escatológicas e conformistas do Antropoceno.

## Referências

- Abram, D., Milstein, T., & Castro-Sotomayor, J. (2020). Interbreathing ecocultural identity in the Humilocene. In T. Milstein, & J. Castro-Sotomayor (Eds.), *Routledge handbook of ecocultural identity* (p. 5-25). Abingdon, UK: Routledge.
- Subcommission on Quaternary Stratigraphy. (2019). *Working group on the ‘Anthropocene’*. Recuperado de <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>
- Aráoz, H. M. (2023). ‘América’: mina e plantação. Uma perspectiva decolonial sobre as origens do ‘antropoceno’. *GEOgraphia*, 25(55), 1-24. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55>
- Boff, L. (2017). *A era geológica do antropoceno versus a do Ecoceno*. Recuperado de <https://leonardoboff.org/2017/10/01/a-era-geologica-do-antropoceno-versus-a-do-ecoceno/>
- Borràs-Pentinat, S. (2023). Del antropoceno al ecoceno: propuestas jurídicas de la transición ecosocial para el cuidado de la vida. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, 12(1), 242-275. DOI: [https://doi.org/10.26754/ojs\\_ried/ijds.737](https://doi.org/10.26754/ojs_ried/ijds.737)
- Bubandt, N. (2017). Haunted geologies: spirits, stones, and the necropolitics of the antropocene. In A. L. Tsing, N. Bubandt, E. Gan, & H. A. Swanson (Eds.), *Arts of Living on a damaged planet: ghosts and monsters of the antropocene* (p. 67-86). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Chartier, D. (2021). The deplantationocene: listening to yeasts and rejecting the plantation worldview. In C. Brives, M. Rest, & S. Sariola (Eds.), *With microbes* (p. 43-63). Manchester, UK: Mattering Press.
- Chwałczyk, F. (2020). Around the antropocene in eighty names: considering the urbanocene proposition. *Sustainability*, 12(4458), 1-33. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12114458>
- Crutzen, P. J., & Stoermer, E. F. (2000). The ‘antropocene’. *Global Change Newsletter*, 41(1), 17-18.
- Danowski, D., & Castro, E. V. (2017). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis, SC: Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental.
- De La Cadena, M. (2018). Natureza incomum: histórias do antropo-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1(69), 95-117. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p95-117>
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo, SP: UBU editora.
- Haraway, D. J. (2015). Antropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, 6(1), 159-165.

- Haraway, D. J. (2016). *Staying with the trouble: making kin in the chthulucene*. Durham, NC: Duke University Press.
- Haraway, D. J. (2017). Symbiogenesis, sympoiesis, and art science activisms for staying with the trouble. In A. L. Tsing, N. Bubandt, E. Gan, & H. A. Swanson (Eds.), *Arts of living on a damaged planet: ghosts and monsters of the anthropocene* (p. 25-50). University of Minnesota Press: Minneapolis.
- Haraway, D., Ishikawa, N., Gilbert, S. F., Olwig, K., Tsing, A. L., & Bubandt, N. (2016). Anthropologists are talking – about the anthropocene. *Ethnos*, 81(3), 535-564. DOI: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>
- Hujibens, E. H. (2021). The emerging earths of climatic emergencies: on the island geography of life in modernity's ruins. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 103(2), 88-102. DOI: <https://doi.org/10.1080/04353684.2021.1873072>
- Kussler, L. M. (2023). O habitar de Hermes pode acomodar formas de vida [in]cômodas no antropoceno? *Kalagatos*, 20(2), 1-16.
- Lorimer, J. (2016). The anthropo-scene: a guide for the perplexed. *Social Studies of Science*, 47(1), 1-26. DOI: <https://doi.org/10.1177/030631271667103>
- McBrien, J. (2016). Accumulating extinction: planetary catastrophism in the necrocene. In J. W. Moore (Ed.), *Anthropocene or capitalocene? Nature, history and the crisis of capitalism* (p. 116-137). Binghamton, NY: PM Press.
- Mentz, S. (2017). The neologismcene. *ARCADE: The Humanities in The World*. Recuperado de <https://shc.stanford.edu/arcade/interventions/neologismcene>
- Moore, J. W. (2015). *Capitalism in the web of life*. London, UK: Verso.
- Moore, J. W. (2017). The capitalocene, part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, 44(3), 1-37. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>
- Moore, J. W. (2018). The Capitalocene, part II: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *The Journal of Peasant Studies*, 45(2), 1-52. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1272587>
- Myers, N. (2017). From the anthropocene to the planthroposcene: designing gardens for plant/people involution. *History and Anthropology*, 28(3), 1-5. DOI: <https://doi.org/10.1080/02757206.2017.1289934>
- Myers, N. (2018). How to grow livable worlds: ten not-so-easy steps. In K. Oliver-Smith (Ed.), *The world to come: art in the age of the anthropocene* (p. 53-64). Gainesville, FL: Samuel P Harn Museum of Art.
- Nelson, S., & Braun, B. (2017). Autonomia in the anthropocene: new challenges to radical politics. *The South Atlantic Quarterly*, 116(2), 223-235. DOI: <https://doi.org/10.1215/00382876-3829368>
- Norgaard, R. (2015). The church of economism and its discontents. *Great Transition Initiative*. Recuperado de: <http://www.greattransition.org/publication/the-church-of-economism-and-its-discontents>
- Normand, V. (2015). In the planetarium: the modern museum on the anthropocenic stage. In H. Davis, & E. Turpin (Eds.), *Art in the anthropocene: encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies* (p. 63-78). London, UK: Open Humanities Press.
- Parikka, J. (2016). The anthroposcene : deep time designs. *Exhibist magazine*, 10(10), 40-44.
- Rosengren, D., Permanto, S., & Burman, A. (2023). The anthropocene narrative and amerindian life worlds: anthropos, agency and personhood. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 49(4), 1-19. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9655.14006>
- Simpson, M. (2020). The anthropocene as colonial discourse. *Environment and Planning D: Society and Space*, 38(1), 53-71. DOI: <https://doi.org/10.1177/026377581876467>
- Tsing, A. L. (2015). *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Wakefield, S., Chandler, D., & Grove, K. (2021). The asymmetrical anthropocene: resilience and the limits of posthumanism. *Cultural Geographies*, 29(3), 1-16. DOI: <https://doi.org/10.1177/14744740211029278>
- Whitehead, M. (2014). *Environmental transformations: a geography of the anthropocene*. Abingdon, UK: Routledge.
- Wolford, W. (2021). The plantationocene: a lusotropical contribution to the theory. *Annals of the Association of Geography*, 111(6), 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1850231>
- Yusoff, K. (2013). Geologic life: prehistory, climate, futures in the anthropocene. *Environment and Planning D: Society and Space*, 31(1), 779-795. DOI: <https://doi.org/10.1068/d11512>